

Companhia Energética Manauara

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Manauara

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 2023 a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$15.593 mil, entretanto ainda não finalizou a análise sobre o reconhecimento do respectivo passivo. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher nas demonstrações financeiras, assim como seus possíveis efeitos nas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a totalidade da receita da Companhia é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro junto à Centrais Elétricas do Norte S.A. o qual será encerrado em maio de 2025 e a Companhia possui expectativa de descontinuar a operação ao término do contrato. Esse evento indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

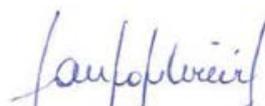
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.466	26.876	Fornecedores	11	2.837	5.457
Contas a receber de clientes	5	37.323	35.349	Obrigações sociais e trabalhistas		974	723
Arrendamento mercantil a receber	6	25.676	59.069	Obrigações tributárias	12	6.363	5.088
Tributos a recuperar	9	5.332	5.761	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	20.000
Estoques	7	15.283	16.988	Outras contas a pagar	14	779	2.362
Outras contas a receber	8	677	8.300	Total dos passivos circulantes		10.953	33.630
Total dos ativos circulantes		118.757	152.343				
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Arrendamento mercantil a receber	6	-	24.519	Tributos diferidos	13	1.907	8.542
Depósitos judiciais	10	15.822	15.688	Outras contas a pagar	14	1.703	1.181
Imobilizado		13.814	14.955	Total dos passivos não circulantes		3.610	9.723
Total dos ativos não circulantes		29.636	55.162				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	15.000	50.000
				Reservas de lucros	17	118.830	114.152
				Total do patrimônio líquido		133.830	164.152
TOTAL DOS ATIVOS		148.393	207.505	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		148.393	207.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	42.400	42.822
Custos de operação e manutenção	20	<u>(34.901)</u>	<u>(25.759)</u>
Lucro bruto		<u>7.499</u>	<u>17.063</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(9.222)	(9.508)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	<u>6.859</u>	<u>2.954</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>5.136</u>	<u>10.509</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		62.629	114.160
Despesas financeiras		<u>(497)</u>	<u>(2.203)</u>
Total	21	62.132	111.957
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>67.268</u>	<u>122.466</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(19.728)	(16.863)
Diferido		6.635	5.861
Incentivo fiscal	18	<u>12.276</u>	<u>12.092</u>
Total		<u>(817)</u>	<u>1.090</u>
Lucro líquido do exercício		<u>66.451</u>	<u>123.556</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE AÇÕES		<u>1,80</u>	<u>2,75</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	66.451	123.556
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>66.451</u>	<u>123.556</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro			Lucro acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		50.000	10.000	80.534	47.613	-	188.147
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	123.556	123.556
Destinação do lucro:							
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	17	-	-	12.092	-	(12.092)	-
Dividendos adicionais de 2022 (R\$ 1,06 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(47.613)	-	(47.613)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,62 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(27.866)	(27.866)
Dividendos intermediários de 2023 (R\$ 0,94 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(42.134)	(42.134)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,67 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(29.938)	(29.938)
Complemento de reservas de lucros retidos	17	-	-	-	11.526	(11.526)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		50.000	10.000	92.626	11.526	-	164.152
Redução da Reserva Legal		-	(7.000)	-	7.000	-	-
Redução do Capital Social	17	(35.000)	-	5.000	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	66.451	66.451
Destinação do lucro:							
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	17	-	-	12.276	-	(12.276)	-
Dividendos adicionais (R\$ 0,50 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(18.526)	-	(18.526)
Dividendos intercalares pagos de 2024 (R\$ 0,42 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(15.456)	(15.456)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,37 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(13.544)	(13.544)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,52 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	(19.247)	(19.247)
Constituição de reservas de lucros retidos	17	-	-	-	5.928	(5.928)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		15.000	3.000	109.902	5.928	-	133.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		66.451	123.556
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	1.165	1.118
Valor residual na baixa do imobilizado		8	3
Variação cambial líquida	21	281	(14)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência		-	1.565
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	427
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	(100)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	21	(49.069)	(52.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(6.635)	(5.862)
Reversão do ajuste a valor presente	6	(4.474)	(8.806)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.974)	647
Arrendamento mercantil a receber		111.455	114.730
Estoques		1.705	(3.519)
Impostos a recuperar		429	9.640
Despesas antecipadas e outros		7.623	42.900
Depósitos judiciais		(134)	(15.593)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.901)	2.716
Impostos a recolher		1.641	1.765
Obrigações sociais e trabalhistas		251	99
Outras contas a pagar		(1.061)	1.892
Caixa gerado pelas operações		124.761	214.919
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.253)	(12.210)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		-	(2.355)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>121.508</u>	<u>200.354</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(32)	(206)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		-	6.363
Resgate de ações		(30.000)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(30.032)</u>	<u>6.157</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	(65.545)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17	(83.886)	(151.582)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(83.886)	(217.127)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>7.590</u>	<u>(10.616)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	26.876	37.492
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	34.466	26.876
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>7.590</u>	<u>(10.616)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Manauara (“CEM”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CEM foi constituída em 30 de março de 2005, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia (PIE), tendo por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus/AM.

Seu parque gerador tinha capacidade instalada inicial de 68,30 MW e entrou em operação comercial em 22 de setembro de 2006. Em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade *Single Gás* (“SG”), com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022, aumentando a sua capacidade instalada para 73,4 MW. Considerou-se, para viabilizar o projeto, o reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

A UTE Manauara (UTE) tem contrato para o fornecimento exclusivo de energia firme gerada (potência de 60 MW) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME). O contrato tem vigência por vinte anos (até 2025) e, ao seu término, os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio da Eletronorte.

Em razão das obrigações e direitos estabelecidos em contrato, que, dentre outras condições, representa a transferência de riscos e benefícios relevantes para a Eletronorte, essa operação se caracteriza como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (*Environmental, Social and Governance*). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE, referente ao ano anterior. Esse relatório apresenta as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A usina está conectada ao Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) desde julho de 2012 e vem sendo despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A UTE operou em 2024 conforme os parâmetros contratuais estabelecidos, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência).

A UTE assegurou uma potência de 61,80 MW (61,80 MW, em 2023) à Eletronorte, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência), gerando e injetando no sistema 542.836 MWh (541.393 MWh, em 2023).

A Companhia vem desenvolvendo projetos para mitigar os impactos socioambientais de seu empreendimento e controlar os riscos e a ocorrência de incidentes ambientais, não tendo sido registrada nenhuma ocorrência em 2024.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, refletem de forma fidedigna os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de maneira objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2024, estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2024, comparativamente ao de 2023, foi influenciado:

- pela variação negativa do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2023, que reajusta tarifas e serviços; e
- pelo saldo de Arrendamento Mercantil a Receber.

Os principais indicadores econômico-financeiros do exercício de 2024 são os seguintes:

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$42,4 milhões (R\$42,8 milhões em 2023), apresentando uma redução de R\$0,4 milhão, principalmente em função do decréscimo do IGPM em 2023 que reajusta os preços das receitas da Companhia.

Custos e Despesas Operacionais: R\$37,3 milhões (R\$32,3 milhões em 2023), com acréscimo de 15,3%.

Ressaltamos que a Companhia realizou no exercício de 2024 as manutenções preventivas de grande porte de 18 mil horas das suas 5 unidades geradoras, contribuindo assim para o incremento dos custos de operação e manutenção.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): R\$6,3 milhões (R\$11,6 milhões em 2023), uma redução de R\$5,3 milhões, explicada principalmente pelo desempenho do resultado operacional. Vale destacar que o critério adotado para o resultado operacional segue o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o que implica a exclusão da depreciação anual dos bens arrendados.

Resultado Operacional: lucro de R\$5,1 milhões (R\$10,5 milhões em 2023), representando uma queda de R\$5,4 milhões, reflexo do aumento dos custos e despesas operacionais decorrentes de manutenções preventivas de grande porte.

Resultado Financeiro: superavitário em R\$62,1 milhões (R\$111,9 milhões em 2023) uma redução de 44,5%, explicada, principalmente, pelo reconhecimento, em 2023, do ganho obtido na ação judicial movida contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, referente à cobrança de parcelas em aberto relativas a combustível, no valor de R\$50,1 milhões.

Lucro Líquido: R\$66,5 milhões (R\$123,5 milhões em 2023), uma redução de 46,2%, explicada, sobretudo, pelo impacto do ganho judicial mencionado anteriormente.

Contas a Receber: R\$37,3 milhões (R\$35,3 milhões em 2023), referentes ao saldo de recebíveis junto à Eletronorte, com valores a vencer nos próximos dois meses.

Capital de Giro: O capital circulante líquido foi positivo em R\$107,8 milhões (R\$118,7 milhões em 2023), com redução atribuída à finalização do recebimento da sub-rogação da CCC em 2023 referente à conversão dos motores concluída em janeiro de 2022.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$34,4 milhões (R\$26,9 milhões em 2023), impulsionado pela menor distribuição de remuneração aos acionistas.

Remuneração Paga aos Acionistas (Juros sobre o Capital Próprio líquido de IRRF e Dividendos desembolsados): R\$83,9 milhões (R\$151,6 milhões em 2023).

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação pelo suporte e confiança depositada ao longo do exercício social de 2024. Agradece, também, de forma especial, a dedicação e competência de seus colaboradores, fundamentais para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

Manaus (AM), 17 de março de 2025.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Manauara (“Companhia” ou “CEM” ou “UTE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela “holding” TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”). Constituída em 30 de março de 2005, tem sua sede em Manaus, Estado do Amazonas, e tem como objeto social principal a operação e manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus. A energia gerada é fornecida à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, que incorporou a Amazonas GT em 1º de julho de 2021, assumindo seus ativos, colaboradores e responsabilidades.

A Companhia foi autorizada a operar como produtor independente de energia (PIE) pela Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Aneel, pelo prazo de 30 anos, renovável a pedido da Companhia e a critério da Aneel (direito discricionário).

A usina iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006, com capacidade instalada de 68,30 MW. Após a conversão das suas unidades motogeradoras para operação com 100% gás natural, concluída em 30 de janeiro de 2022, a sua capacidade instalada foi aumentada para 73,4 MW, contando atualmente com quatro unidades motogeradoras de 18,35 MW cada. Além disso, conta com uma quinta unidade motogeradora de contingência, acionada para manutenções corretivas e preventivas, garantindo o cumprimento da geração contratual.

Toda a energia gerada é destinada à Eletronorte, conforme o Contrato de Suprimento de Energia n.º 1.820/2005 (“Contrato”), assinado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Ao término do contrato, a usina será incorporada ao patrimônio da Eletronorte.

A receita da Companhia é composta por um faturamento fixo mensal baseado na Potência Contratada Mensal de 60 MW, com reajuste anual e um faturamento variável mensal referente à Energia Fornecida (MWh) e aos serviços de operação e manutenção (O&M), também reajustado anualmente.

A Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo manutenções preventivas e corretivas, além da aquisição de insumos para a geração de energia. O fornecimento de gás natural é de responsabilidade da Eletronorte.

A Amazonas Energia é encarregada da operação e manutenção dos equipamentos de conexão, assegurando a interligação dos pontos de entrega ao sistema elétrico.

A operação da Companhia configura-se como arrendamento mercantil financeiro, conforme o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, uma vez que:

- o contrato cobre a maior parte da vida útil do ativo.
- a propriedade da usina será transferida à Eletronorte ao término do contrato, mediante notificação prévia à Aneel.

1.1. Conversão dos motogeradores

Em 2020, a Companhia obteve autorização da Eletronorte para converter seus motogeradores para operação com 100% gás natural (modalidade SG), eliminando a necessidade de compressores de gás e do uso de óleo combustível.

A conversão das cinco unidades foi concluída em janeiro de 2022, de forma gradual, garantindo a continuidade da geração. Em 2021, quatro dos cinco motores já haviam sido convertidos. O serviço foi realizado pela fabricante Wärtsilä, na modalidade "Turn-key", com entrega pronta para uso.

Os motores convertidos tiveram seus horímetros zerados, retornando ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento no projeto foi de R\$124 milhões, quitado com o fornecedor.

Para a viabilização do projeto, a Companhia contou com reembolso via Sub-rogação da CCC, estimado em até R\$96 milhões, corrigidos pelo IPCA. O valor homologado pela Aneel para reembolso foi inferior ao investimento realizado. A diferença será tratada como investimento não amortizado, passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término do contrato, garantindo o reembolso integral do valor investido.

A conversão não alterou a precificação do arrendamento nem os serviços de operação e manutenção contratados com a Eletronorte, com exceção da indisponibilidade involuntária de energia, limitada a 5% da potência contratada durante a conversão, devido à parada dos motores. Para mais detalhes sobre os impactos dessa conversão ver as Notas Explicativas nº 6 e n.º 7.

1.2. Finalização do arrendamento mercantil

A Administração prevê a descontinuidade operacional da Companhia após o encerramento do contrato, em maio de 2025.

Dessa forma, analisou detalhadamente as principais rubricas do Balanço Patrimonial, garantindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas.

Contas a receber

Os valores a receber são gerenciados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que regula a inadimplência no setor elétrico. Não há necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há histórico ou expectativa de inadimplência.

Estoques

Os itens do estoque serão utilizados até o fim do contrato. O saldo remanescente poderá ser negociado com a Eletronorte, sem expectativa de perdas, considerando a valorização dos preços no mercado nacional e internacional.

Outras contas a receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), cuja amortização ocorrerá com o passivo de P&D.

Fornecedores

Os contratos operacionais da Companhia têm vigência até 19 de maio de 2025, sem previsão de multas ou penalidades. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Com base nessa análise, a Administração assegura que a Companhia será capaz de honrar com seus compromissos financeiros com bancos, fornecedores e demais credores, conforme projetado no planejamento de fluxo de caixa no plano plurianual de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das normas da Aneel, quando essas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2025, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem impactar os demonstrativos. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas contábeis realizadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste relevante caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 6: Arrendamentos CPC 06 (R2).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao Valor Justo (por meio do) Resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com o cliente, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se a taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido dos dois o menor e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como PIE. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“forward-looking”).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui os benefícios da CCC para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

As despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente aplicável aos tributos correntes.

As alíquotas aplicáveis são:

- IRPJ: 15%, acrescido de um adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$240.
- CSLL: 9% sobre o lucro tributável.

Na apuração do imposto devido, a Companhia considera a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia usufrui de benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para empresas que atuam na Região Norte. Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com prazo inicial de 10 anos a partir de 2007. Em 2017, a Companhia renovou esse benefício, com validade até 2026.

O valor do incentivo é registrado como receita no resultado do exercício, visando a compensação da despesa correspondente. Posteriormente, esse montante é alocado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos registrados nas demonstrações financeiras e aqueles utilizados para fins de tributação. As variações nos ativos e passivos fiscais diferidos durante o exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O ativo fiscal diferido é registrado sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, desde que seja provável a realização futura desses valores por meio de lucros tributáveis. A projeção dos lucros tributáveis futuros é feita considerando a reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes.

Caso as diferenças temporárias tributáveis não sejam suficientes para a realização integral dos ativos fiscais diferidos, a Companhia considera os lucros tributáveis futuros ajustados, com base em projeções financeiras.

Os valores contabilizados são periodicamente revisados e ajustados conforme a realização ou liquidação, garantindo a conformidade com a legislação tributária vigente.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixas futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são firmados nos ambientes de contratação regulado e livre no Brasil e estão integralmente registrados na CCEE, responsável pela contabilidade e liquidação do SIN.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física da geração, ajustada proporcionalmente às perdas do sistema, conforme os dados fornecidos pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita ocorre com base nos valores a serem faturados aos clientes, conforme metodologia e preços estabelecidos em cada contrato. Esses valores são ajustados conforme os montantes efetivamente gerados, sempre que aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE, que monitoram a exposição líquida da Companhia (diferença entre vendas, geração e compras), resultando no balanço de energia, que credita ou debita diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada, geralmente utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base nesses mecanismos, os fluxos de receita da Companhia são classificados em dois tipos:

1. Receita com Venda da Potência Contratada (Obrigações de Desempenho ao Longo do Tempo): refere-se à parcela fixa do contrato, reconhecida por meio do Contrato de Disponibilidade da Usina. O valor da remuneração anual da Companhia, apresentado na licitação, cobre os seguintes componentes: (i) custo e remuneração do investimento, incluindo a taxa interna de retorno; (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos com seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas relativas a reembolsos dos custos com operação, manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente, à medida que os riscos e benefícios da energia elétrica são transferidos para o comprador, conforme autorização formal prevista no contrato (nota explicativa nº 1).

2. Receita com Venda de Energia (Obrigação de Desempenho em Ponto Específico do Tempo): refere-se à parcela variável, oriunda da geração e entrega efetiva da energia. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com um compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente e pode ser mensurado de forma confiável. A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A Companhia avaliou suas transações de receita conforme critérios específicos para determinar sua atuação como agente ou principal e concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	<p><u>Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes</u>: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p><u>Passivo Não Circulante com “Covenants”</u>: Apenas “covenants” que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses “covenants” afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do “covenants” é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um “covenant” após o período de relatório.</p>
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	<p>A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.</p>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e; CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	<p>A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.</p>

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> .
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	11	3
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>34.455</u>	<u>26.873</u>
Total	<u><u>34.466</u></u>	<u><u>26.876</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Fundo de Investimento, com rendimento de 105,98% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 2024 e operações compromissadas com taxa de 90% (98% dos CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	<u>37.323</u>	<u>35.349</u>

Os saldos a receber são, na sua totalidade, com a Eletronorte, não havendo valores vencidos, apenas montantes a vencer em até dois meses.

A Companhia analisou seu histórico de recebimentos e concluiu que não está exposta a risco de crédito elevado, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber referentes à energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes do setor com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, reduzindo o risco de crédito das transações. Dessa forma, após análise detalhada, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais, controláveis e sem histórico relevante de inadimplência.

6. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3, a Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, classificado como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta a análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, detalhando os pagamentos futuros não descontados do arrendamento a serem recebidos após a data-base:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ano de vencimento:		
2024	-	62.386
2025	<u>26.178</u>	<u>26.178</u>
Subtotal	26.178	88.564
Ajuste ao valor presente	<u>(502)</u>	<u>(4.976)</u>
Total	<u>25.676</u>	<u>83.588</u>
Circulante	25.676	59.069
Não circulante	-	<u>24.519</u>
Total	<u>25.676</u>	<u>83.588</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.267
Reversão de ajuste a valor presente	8.806
Baixa por realização	<u>(62.485)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>83.588</u>
Reversão de ajuste a valor presente	4.474
Baixa por realização	<u>(62.386)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>25.676</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento no montante de R\$4.474 (R\$8.806 em 2023).

O contrato com a Eletronorte foi aditivado, a Companhia reconheceu, entre 2021 e 2024, uma receita pela prestação de serviços relacionada à conversão dos motores, totalizando R\$124.394, mais as atualizações contratuais.

7. ESTOQUES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Combustível	460	352
Almoxarifado de peças para manutenção	14.800	16.557
Outros estoques	23	79
Total	<u>15.283</u>	<u>16.988</u>

A Companhia realiza inventário e inspeções regulares e não identificou necessidade de provisionar perdas sobre o estoque.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas antecipadas	616	1.859
Receita de subrogação (a)	-	5.944
Adiantamento a Fornecedores	11	444
Outras contas a receber	50	53
Total	<u>677</u>	<u>8.300</u>
Circulante	677	8.300
Não circulante	-	-
Total	<u>677</u>	<u>8.300</u>

(a) Valores a receber relativos a reembolso da CCEE, por meio da Sub-rogação da CCC, atrelados à conversão dos motores (conforme explicado na Nota Explicativa 1.1), sendo atualizados pelo IPCA.

À medida que o serviço de conversão foi executado pelo fornecedor contratado pela Companhia, foi reconhecida a parcela correspondente da receita contratualmente acordada com a CCEE, a título de reembolso pela gestão dos serviços contratados de terceiros.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
COFINS	4.063	1.329
PIS	693	1.395
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	236	3.008
Outros	340	29
Total	<u>5.332</u>	<u>5.761</u>
Circulante	5.332	5.761
Não circulante	-	-
Total	<u>5.332</u>	<u>5.761</u>

O saldo da COFINS e do PIS decorre, substancialmente, das retenções de recebimentos da Eletronorte, que são compensadas com obrigações tributárias federais.

Com base em suas projeções, a Administração estima que todos os saldos de impostos a recuperar serão compensados ao longo de 2025.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022	95
Adições (Reversões)	<u>15.593</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.688
Adições (Reversões)	<u>134</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>15.822</u>

Referem-se, principalmente, ao Mandado de Segurança Preventivo, com pedido liminar, impetrado contra ato do delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores recebidos pela Companhia, referentes aos juros de mora e correção monetária do processo judicial n.º 0046663-52.2011.8.07.0001.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Wartsila (Brasil e Filândia) (a)	2.552	4.994
Outros fornecedores	285	463
Total	<u>2.837</u>	<u>5.457</u>

(a) Referem-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) da usina, incluindo o fornecimento de peças e sobressalentes.

Os principais contratos operacionais da Companhia possuem vigência até maio de 2025, sem previsão de multas ou penalidades.

Com base nas projeções financeiras e no plano de negócios, a Administração acredita que o cumprimento das obrigações ocorrerá conforme planejado. Os fluxos de caixa gerados pela Companhia serão suficientes para honrar seus compromissos com bancos, fornecedores e demais credores.

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS serviços de terceiros	336	183
PIS - Programa de integração social	183	210
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	849	973
PIS/COFINS/CSLL retidos	86	82
ICMS e DIFAL	4.753	3.551
Outros tributos a recolher	156	89
Total	<u>6.363</u>	<u>5.088</u>

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pesquisa & Desenvolvimento	(779)	(1.128)
Participações no lucro e resultado	(210)	(132)
Reconhecimento do arrendamento mercantil (a)	2.896	9.280
Diferenças temporárias	-	522
Total	<u>1.907</u>	<u>8.542</u>
Efeito no resultado	<u>6.635</u>	<u>5.861</u>

(a) Os tributos diferidos passivos decorrem do reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL. Esses tributos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, conforme os ajustes adoção do CPC 06 - Arrendamentos. O cálculo foi realizado com a alíquota fiscal efetiva de 15,25%, em razão do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	<u>2.482</u>	<u>3.543</u>
Circulante	779	2.362
Não Circulante	1.703	1.181

O Programa de P&D da Aneel tem como objetivo fomentar a cultura da inovação no setor elétrico brasileiro, incentivando a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Entre os benefícios, estão: criação e aprimoramento de equipamentos, melhoria na prestação de serviços, garantia da segurança no fornecimento de energia, modicidade tarifária, redução do impacto ambiental e menor dependência tecnológica do país.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a TEP, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 1.

A Companhia não tem contratos de mútuo, conta corrente ou qualquer outra transação com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Remuneração de empregados e dirigentes

Em 2024, os honorários pagos à Administração totalizaram R\$2.541, sendo R\$2.249 referentes à remuneração fixa e R\$292 à remuneração variável (R\$1.094 em 2023, sendo R\$817 de remuneração fixa e R\$277 de remuneração variável).

A Companhia não concede benefícios de longo prazo ou opções de ações ao pessoal-chave da Administração.

16. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, com o objetivo de avaliar e classificar os riscos envolvidos. Essa avaliação segue as categorias de probabilidade de ocorrência: prováveis, possíveis e remotas, conforme análise de seus assessores jurídicos.

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Tributário (a)	20.302	-
Total	<u>20.302</u>	<u>-</u>

(a) Processo administrativo 48536.005006/2024-00 sobre cobrança administrativa dos encargos moratórios pela CCC para que a CEM devolva o montante de R\$18.937 atualizado pelo IPCA de setembro de 2023, referente ao reembolso realizado a maior pela CCC à geradora, no período de julho de 2009 até abril de 2017.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não tinha processos judiciais considerados como risco de perda provável por seus assessores jurídicos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$15.000 mil (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 2023 era de R\$45.000 dividido em 45.000.000 de ações ordinárias nominativas). Todas as ações estão totalmente integralizadas e sua composição por acionista é a seguinte:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	14.928.000	99,52%	44.784.000	99,52%
Maria das Graças B. N. Fernandes	72.000	0,48%	216.000	0,48%
Total	<u>15.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>45.000.000</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. No dia 28 de junho de 2024, a Companhia reduziu capital no montante de R\$35.000 (trinta e cinco milhões de reais) e utilizou R\$5.000 (cinco milhões de reais) dessa redução para recompor a reserva de incentivo fiscal anteriormente utilizada para aumento de capital.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social. Após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, será aplicado conforme deliberação da Assembleia Geral.

Em conjunto com a redução de capital mencionado no tópico anterior, no dia 10 de outubro de 2024 a Companhia desconstituiu a parcela da reserva legal que excedia o limite de 20% do capital social no montante de R\$7.000 (sete milhões de reais).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi constituída a reserva legal em função do limite já ter sido atingido.

Incentivos fiscais do imposto de renda

A Companhia, situada na área da Sudam, usufrui do incentivo fiscal de 75% sobre o imposto de renda, reconhecido diretamente no resultado do exercício. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, sendo registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$12.276 (R\$12.092 em 2023) a título de Reserva de Incentivo Fiscal Sudam. Além disso, houve uma recomposição de R\$5.000, utilizada em 20 de janeiro de 2022 para aumento de capital, totalizando um saldo acumulado de R\$109.902 (R\$92.626 em 2023).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme o artigo 199 da Lei das S.A., as reservas de lucros (exceto contingências e incentivos fiscais) não podem exceder o capital social. Caso esse limite seja atingido, a Assembleia poderá optar por integralização ou aumento do capital social, ou distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia dispunha de reserva de lucros de R\$118.830, sendo R\$3.000 de reserva legal e R\$109.902 de reserva de incentivos fiscais, exceções ao disposto no Art. 199 da nº 6.404/76 (Lei das S.A.), não havendo necessidade de aplicar a exigência do referido artigo.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	66.451	123.556
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>36.967</u>	<u>45.000</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u><u>1,80</u></u>	<u><u>2,75</u></u>

A Companhia não dispõe de instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado, conforme previsto na legislação societária e em seu Estatuto Social, da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	66.451	123.556
Reserva Para Incentivos Fiscais	(12.276)	(12.092)
Base para dividendos	<u>54.175</u>	<u>111.464</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>(13.544)</u></u>	<u><u>(27.866)</u></u>

Em 2024, os dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados somaram R\$34.703, superiores aos dividendos mínimos obrigatório, por esse motivo não há o que ser constituído no exercício de 2024.

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
<u>2024</u>			
RCA de 27 de março de 2024	JCSP exercício 2014 / 1º trimestre/2024	8.117	0,180
AGOE de 08 de abril de 2024	Dividendos adicionais 2023	11.526	0,256
RCA de 25 de abril de 2024	Dividendos intercalares 1º trimestre / 2024	7.500	0,167
RCA de 11 de julho de 2024	Dividendos intercalares 2º trimestre / 2024	10.000	0,222
RCA de 30 de setembro de 2024	JCSP exercício 2013 / 3º trimestre/2024	6.569	0,438
RCA de 10 de outubro de 2024	Dividendos Intercalares 2024 e Adicionais anos anteriores	18.500	1,233
RCA de 23 de dezembro de 2024	JCSP exercício 2012 / 4º trimestre/2024	4.561	0,304
<u>2023</u>			
RCA de 22 de março de 2023	Dividendos Intermediários 2022	13.617	0,303
AGOE de 30 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	33.996	0,755
RCA de 30 de março de 2023	JCSP 1º trimestre/2023	3.530	0,078
RCA de 30 de junho de 2023	JCSP 2º trimestre/2023	3.648	0,081
RCA de 12 de julho de 2023	JCSP exercício 2021	10.588	0,235
RCA de 12 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 1º sem/2023	50.000	1,111
RCA de 12 de dezembro de 2023	JCSP exercício 2009 e 2010	12.172	0,270
RCA de 19 de dezembro de 2023	Dividendos intercalares 3º trim/2023	20.000	0,444

Movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo dividendos a pagar 2022	28.522
Dividendos adicionais referente a 2022	47.613
Dividendos Intermediários 2023	42.134
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	27.866
Juros sobre capital próprio de 2023	29.938
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.491)
Dividendos pagos	<u>(151.582)</u>
Saldo dividendos a pagar 2023	20.000
Dividendos adicionais anos anteriores	18.526
Dividendos Intercalares 2024	15.456
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	13.544
Juros sobre capital próprio de 2024	19.247
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(2.887)
Dividendos pagos	<u>(83.886)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2024	-

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.268	122.465
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(22.871)	(41.638)
Juros sobre capital próprio	6.544	10.179
Atualização Saldo Recebido CCC	-	15.615
Demais adições e exclusões	<u>(3.401)</u>	<u>(1.019)</u>
Subtotal	<u>(19.728)</u>	<u>(16.863)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.635	5.861
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	12.276	12.092
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(817)</u>	<u>1.090</u>
Taxa efetiva	-1,21%	0,89%

(*) A Companhia dispõe de projeto aprovado pela Sudam, que concede uma redução de 75% no imposto de renda sobre o lucro da exploração. Esse benefício é aplicado ao cálculo dos impostos correntes, considerando as alíquotas reduzidas no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado.

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de venda de energia (a)	42.654	43.302
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.927	59.827
(-) Deduções de venda		
PIS	(2.825)	(2.893)
COFINS	(13.013)	(13.326)
ICMS	(42.807)	(42.515)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.536)	(1.573)
Total	<u>42.400</u>	<u>42.822</u>

(a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de 60 MW médios. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte.

(b) Receita com venda da potência contratada: receita fixa, reconhecida conforme o contrato de disponibilidade da usina. Representa a remuneração anual da Companhia, definida no leilão, e inclui a recuperação de custos, tais como: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos relacionados à execução dos contratos de venda de energia elétrica.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(5.995)	(4.057)
Depreciação e amortização	(1.165)	(1.118)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(280)	(257)
Custos com manutenção e operação	(31.839)	(22.853)
Custos e despesas com seguros	(1.617)	(1.528)
Despesas com viagens e comunicações	(324)	(347)
Serviços de terceiros	(578)	(638)
Assessoria e consultoria	(1.992)	(4.313)
Tributos	5.726	2.829
Outras despesas (receitas)	800	(31)
Total	<u>(37.264)</u>	<u>(32.313)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(34.901)	(25.759)
Despesas gerais e administrativas	(9.222)	(9.508)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.859	2.954
Total	<u>(37.264)</u>	<u>(32.313)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	4.651	2.270
Depósito Vinculado	-	100
Atualização saldo crédito habilitado PIS/COFINS (a)	242	2.530
PIS e COFINS sobre receita financeira	(443)	(2.589)
Correção receita financeira leasing - CPC 06 (b)	4.474	8.806
Receita financeira leasing - CPC 06 (c)	49.069	52.245
Variações cambiais positivas	9	27
Ganho de ação judicial juros de mora (d)	-	50.753
Outras receitas financeiras, líquidas (e)	4.627	18
Subtotal	<u>62.629</u>	<u>114.160</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.565)
Amortização de custo de captação	-	(427)
Variações cambiais negativas	(290)	(13)
Outras despesas financeiras, líquidas	(207)	(198)
Subtotal	<u>(497)</u>	<u>(2.203)</u>
Total	<u>62.132</u>	<u>111.957</u>

- (a) Refere-se à atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB, decorrente de processos judiciais.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M, conforme previsto em contrato.
- (d) Refere-se ao ganho da ação judicial contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, referente à cobrança de parcelas em aberto relacionadas a combustível.
- (e) Atualização do reembolso via Sub-rogação das conversões dos motores, conforme detalhado na NE n.º 1.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2024		31/12/2023		
	CA	VJR	CA	VJR	
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	11	34.455	3	26.873	Nível I
Contas a receber	37.323	-	35.349	-	Nível I
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	Nível I
Arrendamento meercantil a receber	25.676	-	83.588	-	Nível I
Outras contas a receber	677	-	8.300	-	Nível I
<u>Total</u>	<u>63.687</u>	<u>34.455</u>	<u>127.240</u>	<u>26.873</u>	
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	2.837	-	5.457	-	Nível I
Dividendos a Pagar	-	-	20.000	-	Nível I
Outras Contas a Pagar	2.482	-	3.543	-	Nível I
<u>Total</u>	<u>5.319</u>	<u>-</u>	<u>29.000</u>	<u>-</u>	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos provenientes de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, os principais riscos identificados são: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, sendo suas políticas voltadas à identificação e análise dos riscos, definição de limites e controles apropriados, além do monitoramento contínuo para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Essas políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia busca manter um ambiente disciplinado e controlado, garantindo que seus empregados tenham plena consciência de suas atribuições e obrigações. A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, avaliando continuamente a adequação da estrutura adotada.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles, conforme segue:

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais. Esse risco decorre, principalmente, das contas a receber de clientes e dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Embora haja concentração de contas a receber e receitas decorrentes de cliente único, a Companhia considera que não há risco significativo de inadimplência por parte desse cliente.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia realiza operações exclusivamente com aquelas classificadas como de baixo risco, conforme avaliações de agências de *rating*.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e não identificou exposição significativa ao risco de crédito. Eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber de energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que distribui a inadimplência entre os participantes setoriais, conforme regulamentações do Poder Concedente, reduzindo o risco de crédito nas transações.

Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. O objetivo da gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos na reputação.

A administração da liquidez é conduzida de forma a assegurar que a Companhia sempre disponha de recursos para honrar seus passivos financeiros nos prazos estabelecidos.

A Companhia elabora projeções de fluxo de caixa e monitora continuamente suas necessidades de liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento da dívida e a geração de caixa, assegurando a manutenção de um saldo disponível suficiente para cobrir as despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Essa análise exclui o impacto de eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>2025</u>
Fornecedores	2.837
Outras contas a pagar	<u>2.482</u>
Total	<u><u>5.319</u></u>

Risco de mercado

Decorre das oscilações em taxas de câmbio e juros, que podem impactar os ganhos da Companhia e o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e mitigar suas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, maximizando os retornos financeiros.

Taxa de câmbio

Advém da possibilidade de perdas decorrentes das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. No entanto, a Companhia não tem compromissos significativos de compras em moeda estrangeira. Em 2024, obteve uma variação cambial líquida negativa de R\$281 (negativa em R\$14 em 2023).

Taxa de juros

Este risco está relacionado a possíveis perdas decorrentes de variações nos indexadores das dívidas, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou reduzir a receita financeira das aplicações da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia tem buscado negociar empréstimos de longo prazo com taxas adequadas ao retorno esperado do negócio, além de concentrar seus investimentos em operações com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Em 31 de dezembro de 2024 não havia contratos de empréstimos, financiamentos ou debentures vigentes.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024, considerando uma variação de 10%.

A análise considera que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual, teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/24</u>	<u>Variação de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
34.455	10,88%	9,79%	(375)

Gestão do capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias pertencentes a acionistas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. A administração do capital tem como principal objetivo garantir uma classificação de crédito sólida e estável, de forma a apoiar as operações da Companhia e maximizar o valor para os acionistas.

Política de preços (ambiente regulatório)

A Companhia mantém um contrato bilateral de arrendamento mercantil financeiro com a Eletronorte. Apesar de não possuir mecanismos de proteção contra esse tipo de risco, qualquer alteração contratual dependerá da anuência mútua entre as partes.

Quanto à escassez de combustível

A geração de energia da Companhia ocorre por meio de uma UTE, sendo a Eletronorte a responsável pelo fornecimento de gás natural. A Companhia atua exclusivamente no consumo do combustível para geração de energia, sem envolvimento direto na contratação do fornecimento. Assim, não há riscos relevantes que exijam o reconhecimento de perdas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos, conforme sua política interna, não havendo, portanto, riscos associados a esses instrumentos.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as transações do período que não impactaram diretamente o caixa e os equivalentes de caixa:

Exercício de 2024

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$14.136.

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$20.825.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de fevereiro de 2025 aprovada RCA declarando dividendos intercalares de R\$2.000 referente ao quarto trimestre de 2024.
